

BRASÍLIA: IDEIÇÕES E CONTRADIÇÕES DE UMA ESPACIALIDADE

BRASÍLIA: CONCEPTIONS AND CONTRADICTIONS FROM A SPATIALITY

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo ¹

¹ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), Brasília, DF, Brasil

Correspondência para: Gilvan Charles Cerqueira de Araújo (gccca99@gmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2018.34471

Recebido em: 28 mai. 2018 | Aceito em: 08 dez. 2018



RESUMO

A cidade de Brasília, capital federal do Brasil, possui um contexto de ideias e contradições que envolve desde sua idealização até a construção de seus monumentos, vias e planejamento urbano. Ao longo de décadas, a cidade expandiu suas fronteiras, tanto simbólicas quanto concretas e, atualmente, representa a síntese de uma espacialidade dialética da população brasileira e seu território. Esta dualidade, entre o utópico planejado e o real histórico e espacial da sociedade, é o foco do presente artigo, procurando desenvolver tal reflexão a respeito de Brasília em si e na totalidade política e ideológica da qual esta faz parte.

Palavras-chave: Brasília; Monumento; Espacialidade, Estado

ABSTRACT

The city of Brasília, federal capital of Brazil, has an conceptions and contradictions context implicated in his idealization, to the construction of its monuments, roads and urban planning. For decades, the city has expanded its borders, in both ways, symbolic and concrete, and currently represents the synthesis of a dialectical spatiality of the Brazilian population and its territory. These double feature, between the planned utopian and the historical and spatial realities of society, is the focal point of the present paper, seeking to develop such a reflection about Brasilia itself and on the political and ideological totality of which it is a part.

Keywords: Brasília; Monument; Spatiality, State.

Introdução

Este artigo é uma versão expandida e editada da pesquisa realizada durante o doutoramento intitulado Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986), defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Unesp de Rio Claro\SP. O intuito das reflexões aqui propostas é de relacionar a construção da cidade de Brasília com o contexto de busca por novas bases simbólicas do discurso nacionalista do Estado brasileiro.

Visualizar a nova capital como monumento para um país do futuro estava na base das ações e decisões que levaram à sua construção. No que diz respeito à transferência da central política para o interior do

país, havia toda uma intencionalidade simbólica, econômica e geopolítica que não só fundamenta como reforça, ainda nos dias de hoje, seu papel no cenário sociopolítico e geoestratégico nacional.

Brasília se tornou a síntese do Estado nacional brasileiro, seu planejamento encontrou, em poucas décadas, óbices ao utopismo arquitetônico vigente em suas linhas e curvas e, mais que a forma, seu conteúdo alastrou-se para além de sua delimitação física geométrica, como é o caso da interdependência, econômica principalmente, com a região do Entorno de Goiás, visível, por exemplo, na formação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Desta maneira, como propulsão ao o que Brasil deveria ser, Brasília é o retrato da dialética social, espacial, histórica, econômica e política da população brasileira, tornada real no esforço de sua construção no planalto central.

A síntese de um contexto

A construção de Brasília foi, e ainda é, um dos maiores eventos da história brasileira, envolvendo esferas que vão da cultura à economia, do campo político ao social, além de teorias acadêmicas e conflitos ideológicos. Os primeiros planos para a construção de uma nova capital na região central do Brasil remontam ao ano de 1821, ainda no período imperial, com a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva em seu texto *Negócios do Reino do Brasil*, também intitulado *Notas Sobre a Organização Política do Brasil, quer como Reino unido a Portugal, quer como Estado independente* em outras versões, no qual o autor defende que:

9º) Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou da Regência, que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15 graus em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a Corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa; e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta Corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar; para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil. (BONIFÁCIO, 2011 [1821] p.117-118 – grifo meu).

Posteriormente a sugestão apareceria, também, nas constituições de 1891: “Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será

oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.” (BRASIL, 1891, p. s\n), e na de 1934, além da carta magna de 1946, a partir da qual as ações até a fundação de Brasília de 1960 foram pautadas.

Art 3º - A Assembléia Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.

Art 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara. (BRASIL, 1946, p. s\n).

Levando em conta a historicidade da questão, principalmente sobre a necessidade de se interiorizar a sede urbana do Estado brasileiro, é que James e Faissol (1960) a analisam e problematizam, reforçando o papel do conhecimento histórico e geográfico do tema. Segundo os autores, somente a partir deste embasamento é que deveriam ser tomadas as medidas para a transferência de capital do Rio de Janeiro para uma região no interior do país:

Durante mais de meio século, todo o mapa do Brasil tem apresentado uma área retangular, próxima ao centro geográfico do território nacional, designada como “Futuro Distrito Federal”. Nestes últimos anos, os brasileiros passaram a dedicar séria atenção à mudança da capital, do Rio de Janeiro, para outro local a ser escolhido, no interior. As decisões que terão de ser adotadas envolvem problemas bastante complexos. São decisões que não se poderão basear apenas em pareceres de engenheiros e planejadores urbanos, uma vez que exigem plena compreensão dos antecedentes históricos do país, bem como conhecimento das relações territoriais entre população, produção econômica e características subestruturais da terra. Envolvem, igualmente, certa previsão do futuro: até que ponto poderão alterar-se ou modificar-se no futuro, a atual distribuição da população e a relação atual entre o povoamento e a qualidade da terra? (JAMES; FAISOL, 1960, p. 771).

Apesar dos autores não deixarem claro a fonte a que se referem na passagem “pelos brasileiros”, no complemento à suas contribuições sobre a transferência da capital do Brasil, há uma lista de oito parâmetros a serem considerados sobre o assunto. Observa-se que, à data da publicação do seu estudo, em 1960, Brasília já havia sido construída e inaugurada por Juscelino Kubitschek, o que dará margem de comparação entre a idealidade da sugestão e a realidade da construção da capital:

Oito princípios, classificados pelos brasileiros na seguinte ordem de importância, norteiam a escolha do local:

- 1) Terreno pouco acidentado – nem muito íngreme, nem muito plano.
- 2) Clima agradável, sem extremos de temperatura nem de precipitações pluviométricas, sem ventos violentos e altitude suficiente para ser isento de impaludismo.
- 3) Abastecimento d'água adequado a uma cidade de meio milhão de habitantes, de preferência captada pela gravidade.
- 4) Área florestal na vizinhança, onde se possa implantar lavouras para o abastecimento de hortaliças e leite e onde possa encontrar lenha para combustível.
- 5) Fonte de energia elétrica a baixo custo, localizada à distância máxima de 100 quilômetros.
- 6) Existência de material de construção, inclusive calcário para cimento.
- 7) Subsolo conveniente para fundações e para a escavação de esgotos e vias subterrâneas.
- 8) Bonita vista e áreas de recreação a pouca distância. (JAMES; FAISOL, 1960, p. 780-781).

Com base nestes aspectos apontados por James e Faissol (1960), e relacionando-os à escolha da localização de Brasília, nota-se tais diretrizes, em sua maior parte, foram levados adiante na construção da nova capital, como na questão estética (8), a situação do relevo (1) e condições climáticas (3). Outros pontos, como acesso e distribuição de água foram, e ainda o são, um problema para a população do DF, assim como à época havia uma distância considerável de outros centros urbanos para se firmar uma rede de circulação de insumos, provisões, mercadorias e pessoas.

Em meio a todos estes levantamentos históricos, geográficos e políticos, foi que ocorreu o Concurso para o Plano Piloto da Nova Capital do Brasil em 1957, com mais de 60 concorrentes, cujo vencedor foi o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, mesmo que até hoje haja debates sobre o certame ter sido apenas figurativo (TAVARES, 2007). Posteriormente, a convite de Kubitschek, o arquiteto Oscar Niemeyer seria integrado à equipe, orientando e planejando as construções dos prédios no Plano Diretor de Costa.

Tanto nas propostas do concurso para a nova capital como nas ideias de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, encontramos uma dualidade de referências arquitetônicas. Estes extremos têm sua origem no Manifesto Futurista de Filippo Tommaso Marinetti (1909) e a Carta de Atenas de 1933. Esta dualidade ficará evidente, especialmente, na resolução ou óbices surgidos na questão da circulação de veículos e pessoas nas vias de Brasília, que perdura até os mais recentes planos de melhoramentos desta questão na cidade no século XXI.

Nas formas, linhas e curvas de Brasília estão imbricados duas grandes correntes de pensamento da arte, e também da arquitetura: o modernismo (ou concretismo) e o neoconcretismo. No primeiro caso, há a defesa do que seria a arte pela arte, com total liberdade de criação, mesmo que isso levasse ao afastamento do seu sentido e função social. A inspiração para suas criações remontavam ao movimentos artísticos e literários como cubismo, futurismo, dadaísmo e surrealismo. Nas palavras do maior inspirador desta corrente na arquitetura, Le Corbusier, o racionalismo arquitetônico deveria corresponder às prerrogativas da lei universal matemática, beleza da pura criação:

The Engineer's Aesthetic, and Architecture, are two things that march together and follow one from the other: the one being now at its full height, the other in an unhappy state of retrogression. The Engineer, inspired by the law of Economy and governed by mathematical calculation, puts us in accord with universal law. He achieves harmony. The Architect, by his arrangement of forms, realizes an order which is a pure creation of his spirit; by forms and shapes he affects our senses to an acute degree and provokes plastic emotions; by the relationships which he creates he wakes profound echoes in us, he gives us the measure of an order which we feel to be in accordance with that of our world, he determines the various movements of our heart and of our understanding; it is then that we experience the sense of beauty. (LE CORBUSIER, 2006, p. 403 – grifo meu).

A partir destes pilares do racionalismo arquitetônico elaborados por Le Corbusier é que as críticas à estética futurista e modernista são colocadas, questionando até que ponto as emoções plásticas das formas geométricas em si mesmas representariam ou alcançariam uma relação com aqueles que as veem, interpretam, habitam e utilizam: “Para o racionalismo concretista, portanto, a arquitetura produzida, sobretudo, pelos arquitetos cariocas no período de 30-60 estaria sob o signo de uma plasticidade arbitrária, pela falta de densidade social e desdém pela função.” (KAMITA, 2009, p. 5).

Já o neoconcretismo foi uma tentativa de revisar as bases teóricas do movimento antecessor, de modo a trazer para a criação arquitetônica seu vínculo com o âmbito real e social, mesmo que sustentando a criação isolacionista do concretismo: “O Neoconcretismo, por seu turno, ao resgatar o valor expressivo dos meios plásticos, continuaria sustentando a poesia e a experiência individualista da obra de arte.” (KAMITA, 2009, p. 5). Segundo Kamita (2009), porém, tanto o concretismo como o neoconcretismo não puderam superar seus fundamentos racionalistas:

Ambos, em suma, representariam uma espécie de regressão, já que afirmam valores que o projeto construtivo moderno havia duramente superado, como o conceito romântico de arte e do artista como ser inspirado, ou pior, o ideal da “arte pela arte” que a manteria afastada das

contingências e fatalidades do real. Uma arte não-funcional só poderia recair numa prática decorativa, logo, inofensiva e ornamental à sociedade. (KAMITA, 2009, p. 5).

A não funcionalidade predial denota o afastamento dos mesmos de grande parte da população brasileira, notadamente aqueles representantes das classes mais desfavorecidas. Por entre as formas e linhas dos prédios de Brasília há, portanto, uma representação, um constructo ideológico intrínseco ao seu significado, e uma (re)simbolização do mito secular da busca por uma nova fronteira das riquezas naturais edênicas. A busca pela modernização da sociedade brasileira encontrava, no Distrito Federal, seu reflexo e referência. Se a ideologia é uma forma de representação da realidade, uma visão de mundo, ideologizar é projetar idealmente o que se espera encontrar na concretude da realidade objetiva. Este movimento pode ocorrer encontrando ou construindo as referências entre o ideal e o real. No exemplo da construção de Brasília, ocorreu o segundo caso.

De Bonifácio a Le Corbusier existe o fio de condução para uma representação simbólica espacial. Se no século XIX a preocupação era mais geopolítica, no processo de construção da nova capital a carga de referencial sócio tornou-se prioritária, por deter, em sua linguagem imagética, o futuro, desenvolvimento e poder do Estado e seus representantes: “Muito mais que uma observação ou opinião sobre o mundo, o ato de representar é a expressão de uma internalização da visão de mundo articulada que gera modelos para organização da realidade” (GIL FILHO, 2003, p. 3).

Monumentos e Monumentalismo no Planalto Central

Brasília tornou-se, por si só, um semióforo, idealizado e ideologizado, com base em toda uma forma de pensamento dominante na metade do século XX no Brasil. Especificamente no que diz respeito ao período dos governos populistas, iniciado com Vargas e com seu auge nos anos de JK à frente do poder, a linguagem escolhida para potencializar o alcance sócio do nacional-desenvolvimentismo partiu da construção de monumentos. A criação a-social do concretismo e racionalismo arquitetônico favoreceu esta visão política da autoaclamação pessoal dos políticos da época.

Neste sentido, é necessário destacar um detalhe etimológico, sem o qual o entendimento da relação entre os monumentos e o poder pode ser confundido. No resgate da significação do termo “monumento”, encontramos, por exemplo, a menção à marcação temporal do monumento, que o define,

tal como foi o exemplo da cidade de Brasília para o Estado Nação brasileiro e, num contexto maior, de todo o histórico (geo)político nacional do país, do momento da sua ideação à concreção da sua existência.

De um lado, há a monumentalidade, que pode ser ou existir em obras arquitetônicas de grande escala, mas sem necessariamente estar ligada a uma ideologia específica; alguns locais com arranjos monolíticos podem ser utilizados como exemplo, o Stonehenge no sul da Inglaterra e os Moais encontrados na Ilha de Páscoa configuram-se nesta categoria específica – o detalhe é que ambas as localidades podem estar ligadas a ritos religiosos de povos que habitaram estas áreas há muito tempo.

Do outro lado, há o monumentalismo, e sua concepção difere substancialmente da monumentalidade, já que esta última faz parte da primeira, mas o inverso não se aplica em todos os casos. O sufixo do termo (ismo) dá a entender que nele pesa a intencionalidade implícita à presença de um templo, prédio ou construção diversa. Por esta razão, existe uma multiplicidade considerável de tipos, estilos, fins, significados e interpretações sobre o monumentalismo, já que para cada um destes objetos espaciais observados e analisados, haverá toda uma carga ideológica em suas significações. Exemplos clássicos de constructos elaborados com estes objetivos são as pirâmides egípcias, os templos das acrópoles gregas e as construções religiosas do cristianismo, budismo, islamismo, etc.

Mas entre a monumentalidade e o monumentalismo é preciso que haja o objeto monumental em si, e estes objetos Lobato Corrêa (2005, p. 1) definirá como: “[...] formas simbólicas grandiosas como estátuas, obeliscos, colunas e templos.” Mais do que isto, os monumentos são, para o autor, “[...] representações materiais de eventos passados, integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade”.

Para precisar ainda mais sua definição do conceito, Corrêa complementa que “Os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político”. E, numa correção de significantes, o autor, talvez não intencionalmente, aproxima sua noção de monumento a de semióforo, ao considerar os monumentos multifacetados em seus significados, expressões, simbolismos e interpretações: “Textos, rituais e símbolos materiais como os monumentos são meios pelos quais afirmação e contestação podem se manifestar.” Assim, ao contrário do que ocorre com outras formas

semióforas, há que diferenciar o alcance representativo: “Os monumentos, contudo, são mais acessíveis à maioria da população. Fixos, comunicam permanentemente as mensagens que deles se espera comunicar” (CORREA, 2005, p. 2).

O autor reitera que, sob o olhar geográfico, os aspectos envolvendo a identidade e o poder podem (ou devem) sobressair na análise. Neste sentido, na intermediação entre os monumentos, o Estado e o nacionalismo, e não necessariamente a nacionalidade – que estaria ligada à identidade nacional e não a uma ideologia –, o autor ressalta três pontos que são identificáveis no olhar geográfico para os monumentos, especificamente sobre a sua localização:

Além de seu caráter absoluto, referente ao sítio do monumento, e de seu caráter relativo, referente à acessibilidade face aos espaços sociais e econômicos da cidade, a localização apresenta um caráter relacional, que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais.”; a escala “entendida tanto como dimensão absoluta, envolvendo área, volume e altura do monumento, como dimensão relacional, envolvendo a comparação com monumentos de mesma natureza, mas produzidos e considerados expressões simbólicas por grupos e instituições em confronto. A escala, assim qualificada, expressa poder e, mais do que isto, pode expressar supremacia”; e a interconexões “à primeira vista podem parecer isoladas entre si. Este ponto, por outro lado, deriva do anterior e aborda essas práticas em escala mais ampla. Essas práticas articulam processos gerais por meio de formas simbólicas que aparentemente têm significados localizados em contextos locais, regionais ou nacionais. Mas apenas aparentemente. (CORREA, 2005, p. 10-11).

Além destas características do monumento e monumentalismo, levantadas por Correa (2005), há de se destacar que, em relação ao apelo estético, há duas vias possíveis: o recurso do clássico e nostálgico, normalmente associado a grandes legados europeus estabelecidos entre o final do período Barroco e a Modernidade; e, por outro lado, o caráter futurista, de modo a procurar, pelas linhas dos monumentos, conectar estes objetos a uma visão do progresso, um lugar que a nação almeja em seu desenvolvimento.

Sobre a modernidade estética dos monumentos, Abraham (1989), especificamente no que tange ao caso brasileiro, diz que “A consciência estética “moderna” que guiou o processo de renovação dos meios arquitetura1s no Brasil -como no mundo inteiro- durante o período compreendido entre a terceira e a sexta décadas do nosso século. Cujas expressões locais -verdadeiro “estilo” - recebeu o nome de -moderna arquitetura brasileira ou arquitetura nova.” (ABRAHAM, 1989, p. 74).

Entrelaçado ao estilo, seja clássico ou futurista, está o poder, ou ao menos sua concreção nos prédios que o representam: “Mais do que artefatos estéticos, são objetos em torno dos quais diversos confrontos podem se dar.” (CORREA, 2005, p. 4). Essa característica pode ser observada tanto com o Capitólio americano, por exemplo, quanto a Casa Rosada argentina, as propostas de Le Corbusier e Bauhaus no Velho Mundo ou os planos do Volkshalle planejado por Albert Speer.

Contudo, procurar o futuro, ou uma linguagem que o referencie, pode ser uma maneira de se infiltrar a inserção no passado. Em outros termos, o monumento, tanto os clássicos como modernos, buscam, em última instância, atingir a atemporalidade na cultura de um povo, firmando-se num *intermezzo* espaço-temporal, para que a partir desta localização e duração seu significado fique eternizado no imaginário da nação:

Os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos estabelecemos por seu intermédio uma relação de continuidade com esse passado. No contexto brasileiro as igrejas barrocas de Minas Gerais enquanto “monumentos nacionais”, são vistas em termos de uma suposta relação de continuidade com o passado colonial brasileiro. Da mesma forma um recente monumento nacional, o terreiro Casa Branca em Salvador pode ser visto através de sua relação com o passado dos negros e, por extensão do Brasil. Nesses e em outros casos similares pensamos e sentimos ou mais que isso temos a experiência sensorial de ver o Brasil ou O passado brasileiro nas formas plásticas de igrejas barrocas ou de um terreiro de candomblé. Expressões como “isto é o Brasil” ou “Isto somos nós, negros brasileiros” revelam o sentimento de identificação entre esses monumentos aquilo que eles representam e aqueles que os olham. (GONÇALVES, 1989, p. 268).

Podemos relacionar as colocações de Gonçalves ao que Berdoulay (2012) afirma como a possibilidade de ocorrência de metonímias geográficas, alheias ao sujeito, fenômeno que poderia ser aplicado ao projeto de significação nacional dos monumentos presentes em Brasília. Ou, então, poderíamos expandir a conceituação para além das partes – os monumentos –, englobando a totalidade do Plano Piloto neste entendimento:

Se ve claramente que a propósito del paisaje, el procedimiento retórico de la metonimia, aun si depende de la comunicación, corresponde al mismo tiempo a un proceso cognitivo. Dicho proceso está estrechamente relacionado con la anticipación. En efecto, para designar lo que debe de verse, mediante un esquema o modelo de una realidad compleja, la metonimia reduce la incertidumbre ligada a lo desconocido, o bien condensa un gran número de interpretaciones posibles del espacio. Este procedimiento retórico corresponde a un procedimiento cognitivo encaminado a proporcionar por anticipado una comprensión de la realidad a la cual se confrontan los individuos. Por ese motivo, las metonimias geográficas funcionan como anticipaciones paisajísticas que permanecen como provisorias: son conocimientos que deben ser revisados en función de las tensiones que nacen entre ellas y las restricciones no anticipadas. (BERDOULAY, 2012, p. 58).

Como sustenta o autor, a geografia consegue antecipar, pela retórica metonímica do espaço, estas inscrições em sua materialidade, mas deve buscar a correlação com a outra metade, ou seja, os sujeitos que conferiram a este concreto suas significações e, numa vertente mais ampla, os outros indivíduos que não participaram deste processo.

Percebe-se que, em se tratando do espaço público, como é o caso da capital brasileira, esta situação torna-se ainda mais complexa, pelo fato de a nacionalidade, que deveria ser vitrine nas formas dos prédios, muitas vezes distanciar-se da grande maioria da população do Distrito Federal, em particular, e do Brasil como um todo, por não haver a prioridade da função mas sim a prerrogativa da contemplação na arquitetura de Brasília. Deste modo, a metonímia espacial, no sentido figurativo da linguagem, representa muito mais do que o que está exposto em seu formato, cores, desenhos e localização. Esta potência sígnica dos monumentos é colocada em destaque por Lowenthal (1998, p. 453):

Pese a todo, los monumentos conmemorativo son mucho más que meros reflejos de lo que celebran, porque añaden al paisaje una nueva mezcla de símbolos funerarios y admonitorios. No sólo nos recuerdan el pasado sino que también nos causan una honda impresión al pensar en su gran significado y en todo lo que hemos perdido, reforzando con ello nuestro desaginado reconocimiento de que ese pasado se há ido para siempre.

Com base nas considerações de Lowenthal (1998) e Gonçalves (1989), podemos discutir os objetivos simbólicos almejados por Kubitschek na construção dos monumentos em Brasília, partindo do pressuposto de que busca muito mais sua inserção no passado, como patrimônio nacional a ser lembrado, do que necessariamente seu simbolismo futurista, marca final dos planos políticos do ex-presidente. E ele próprio deveria estar contido neste arcabouço memorial, personificando o mito enraizado do construtor da nova sede do Estado nacional brasileiro.



Figura 1: Memorial JK Fonte: <http://www.memorialjk.com.br>

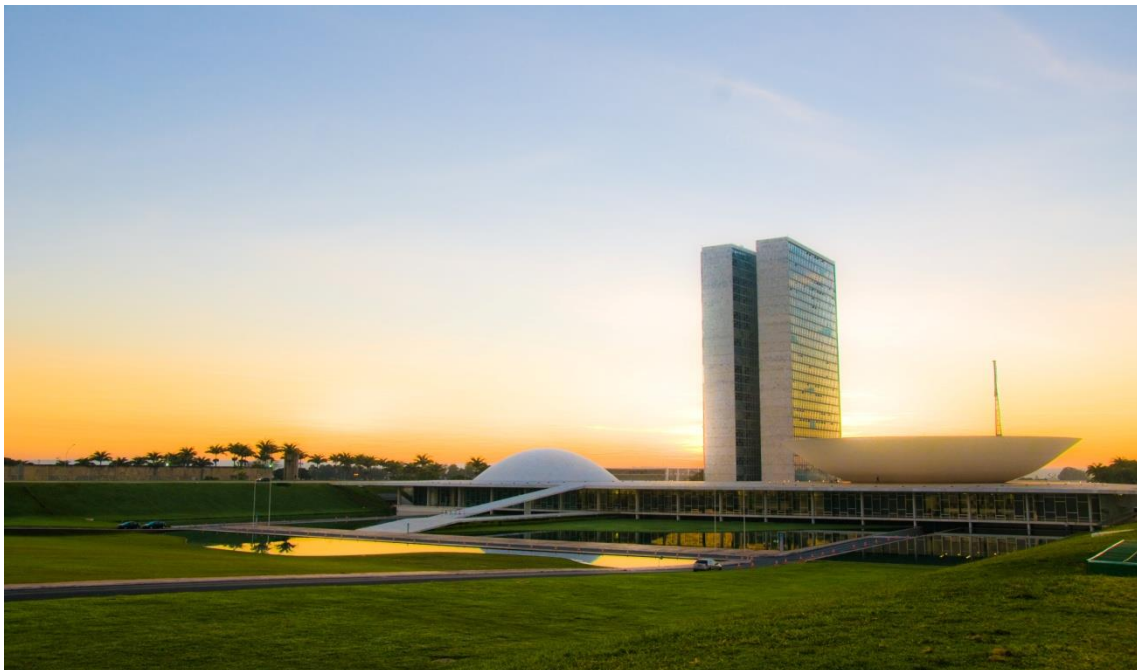


Figura 2: Vista do Congresso Nacional Fonte: <https://www2.congressonacional.leg.br>

Se, ao construirmos ou erigirmos um objeto geográfico como monumento local, regional ou nacional interligamo-lo ao passado, então, como no caso do concretismo do concreto armado brasileiro, chegamos a um paradoxo. Esta via de mão dupla ocorre pelo fato de as formas construídas no Planalto Central buscarem seu lugar na representatividade do passado – há elementos barrocos, por exemplo,

na entrada da Catedral e em outros pontos da cidade –, mas suas formas buscam refletir um caminho para o futuro, a modernidade tão desejada por aqueles que projetaram a nova capital, mesmo que, para tanto, erija-se uma heterotopia, um lugar fora do espaço de sua totalidade regional, local e nacional.

No discurso modernizador, em curso desde o período getulista, prevalecia a questão de superar as condições precárias do atraso técnico e econômico – e, de acordo com as classes dominantes, a própria cultura e etnia mestiça, por exemplo nos discursos de expansão para o oeste do país e nas políticas de incentivo à imigração para o branqueamento da população brasileira. Buscou-se, no futuro, uma maneira de se alterar o passado: “¿Por qué cambiamos el pasado? ¿Qué es lo que nos mueve a alterar y a elaborar nuestro patrimonio de todas esas formas aludidas? Y no sólo de éstas, porque nosotros transformamos no sólo las reliquias tangibles sino también los documentos históricos y los recuerdos personales.” (LOWENTHAL, 1998, p. 454). Com a construção de Brasília, objetivou-se atingir este estágio do passado, ora de negação ora de ufanismo, de modo a elaborar verdadeiras relíquias na construção de seus prédios, avenidas, alamedas e parques.

Lowenthal diz que: “El pasado sin adulterar rara vez es lo bastante antiguo o glorioso; la mayoría de los patrimonios necesitan que los envejecan o aumenten.” O autor ainda reafirma a importância do resgate do passado em sua aliança pelo poder, seja político, econômico ou social: “Revisamos de forma individual y colectiva el pasado heredado para realizar nuestra autoestima, para aumentar nuestros bienes y para dar validez a nuestro poder.” (LOWENTHAL, 1998, p. 455).

Este é o grande objetivo – o de se firmar na história, para além do seu presente – almejado nos criativos desenhos do concreto armado para a linguagem moderna da arquitetura visível e tangível nos monumentos brasilienses: “Vemos que, em primeira instância, a fundamentação do “estilo” como forma está posta na aparência da arquitetura - como efeito resultante da nova técnica construtiva (a do concreto-armado), a qual conduz o rumo da prática arquitetural de “verdadeiro espírito moderno.” (ABRAHAM, 1989, p. 78). Pode-se argumentar, portanto, o objetivo da construção da nova capital, para além do discurso patente da “cidade do futuro”, como o de cravá-la na história, torna-la parte já do ideário patrimonial, criar “um” passado, por meio de sua monumentalidade.

Era preciso fornecer o substrato identitário à nova capital, só assim seus custos, discursos e imponência ganhariam a aprovação popular necessária para seu sucesso simbólico, pois como reduto do poder estatal atingira seu sentido no momento de sua fundação: “A autenticidade do patrimônio nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real autônoma, dotada de uma identidade, caráter, memória etc.” Por estas razões, Gonçalves (1989, p. 268) afirma que, para o patrimônio atingir seus status de referência nacional, é preciso que sua retórica simbólica esteja vinculada à sociedade que representa: “Em outras palavras a crença nacionalista na “realidade” da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio.” Na mesma linha de pensamento, para Le Goff (1990) existe intimidade na significância histórica entre a ideia de documento e a de monumento, e esta relação é inegável na memória social:

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. (LE GOFF, 1990, p. 111).

Percebemos como o autor francês chama a atenção para a questão da intencionalidade. Se a construção de qualquer monumento ou elaboração documental está ligada a uma forma de pensamento, uma ideologia, então é preciso desvelar estas camadas intencionais, para chegar às razões que levaram a deflagração de construir tais objetos, fatos e fenômenos.

Neste sentido, a escolha das imagens que serviriam de substrato simbólico para a nação se altera no período de 1930 a 1960. Se antes o barroco fora eleito detentor desta missão, agora o futurismo e surrealismo de Niemeyer é que tomaram frente nesta visualização do arcabouço de temporalização do que seria os elementos da identidade nacional na representação cidadina de Brasília. E, talvez, neste movimento é que se tenha bifurcado ainda mais a relação entre o significante – monumentos – e seu significado, para aqueles que receberiam sua mensagem sígnica, a população em geral.

A construção de Brasília elevou-se do seu próprio plano físico, tocando questões como a memória coletiva e escopo simbólico do sentido de nação brasileira: “A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha.” (LE GOFF, 1990, p. 475-476). Lidar com a memória coletiva foi o maior desafio cultural e simbólico no processo da construção de Brasília, pois “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LE GOFF, 1990, p. 475-476). E, ainda nos atuais, esta questão de trazer o horizonte do futuro e exaltação do passado na capital brasileira, emergem em meio a proximidade ou distanciamento da população em relação a sua capital nacional.

A dialética (a)temporal de uma espacialidade

O maior desafio encontrado no passado e no presente, em relação às formas de Brasília, é a superação de seu extrato intencional, da ideologia espacial da modernização, progresso e desenvolvimento. Em outros termos, era preciso mostrar que a cidade iria representar o novo Brasil, aquele que superou o atraso técnico, o discurso edênico secular, ficando-se como estandarte de uma nova era no coração do território nacional.

Na figura dos políticos, o Estado está representado, concretamente, em cada via de circulação, prédio público, desenhos urbanísticos, e também nas inevitáveis desigualdades da nova capital do país. Concebida como monumento do futuro, Brasília tornou-se algo maior, mesclando também o passado e o presente da história da formação do Estado nacional brasileiro, tal como coloca em destaque Le Goff (1990) ao ressaltar o caráter de interdependência e infiltração entre o passado, o futuro e a memória pela e na figura do Estado:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. filologia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de

regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade). (LE GOFF, 1990, p. 484).

Partindo desta esta conceituação a respeito do monumento, e sobre seu dilema de suplantar temporal e espacialmente sua realidade concreta, é importante que o questionamento volte-se ao exemplo deste tópico, a cidade de Brasília. Em que medida os monumentos construídos na nova capital federal desenhada por Lúcio Costa, planejada por Oscar Niemeyer e levada à cabo por Juscelino Kubitschek, realmente carregam consigo o pilar identitário da sociedade brasileira? Este dilema perdura até os dias atuais, sobre o que representa espacial, histórica, política e culturalmente a construção de Brasília. Para Costa e Steinke (2014), o seu grau de representatividade de poder político é que a sustenta em primeira instância:

A construção de Brasília simboliza o esforço pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional, pela angariação de capital externo e a formação de um mercado interno, pela substituição de importações, somada a difusão do modo de vida tipicamente urbano na hinterlândia. 13 Brasília nova Capital derrubaria três percalços ao Plano de Metas: a inexistência de uma localização privilegiada do poder para o rearranjo das economias regionais, em prol da unificação do mercado nacional; o enrijecimento econômico do litoral palco da colonização; o potencial burguês latifundiário e urbano lotados nas antigas ilhas territoriais produtivas de café e cana-de-açúcar. (COSTA; STEINKE, 2014, p. 4).

A contraposição de realidade, escalas, interesses e ações fizeram, e ainda fazem, parte do histórico da construção de Brasília. Do Plano Piloto, com suas amplas asas planejadas, até a expansão urbana desenfreada, inicialmente nos interiores do Distrito Federal e, atualmente, no entorno localizado no estado de Goiás. Brasília é, e será, uma cidade dialética por essência, síntese não planejada do Brasil e suas contradições e diversidade.

Já se afirmou que o Estado Novo, com a “Marcha para o Oeste”, consagrou o discurso favorável à integração territorial econômica e cultural de dois Brasis (do litoral urbano e do interior rural). Política conservadora, modernização territorial, uma intelectualidade nascente e uma gama de novos eventos como a urbanização, a revisão da vocação econômica brasileira, a industrialização, os regionalismos, a brasilidade, o nacionalismo, dentre outros, mesclaram-se, na primeira parte do século XX, para justificar a crença na comunhão entre o ideal nacionalista e o desígnio econômico do país. O evento Brasília é indissociável da modernização proposta para a nação. (COSTA; STEINKE, 2014, p. 12).

Estas considerações de Costa e Steinke (2014) remontam ao esboço apresentado por Lúcio Costa (1962) na concepção do Plano Piloto, lembrando que a carga semiófora de significante da modernidade brasileira só atingiu seu ápice com os contornos dos monumentos concebidos por Niemeyer. Por outro lado, a cidade de Brasília, ao propor em seu planejamento a destinação do nacionalismo futurista,

acaba por sintetizar esta desigualdade da modernização, proximamente aos limites do Distrito Federal e das regiões administrativas – antigas cidades satélites –, e nacionalmente, em comparação com o cenário urbano do país, como se refere Canclini (1998) sobre a modernidade e modernização: “[...] não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização” (CANCLINI, 1998, p. 154).



Figura 3. Trabalhadores em horário de almoço na Esplanada dos Ministérios, antes da inauguração da nova capital. Fonte: A Chegada dos Candangos (<http://www.brasil.gov.br/governo>).

Na metade do século XX, não apenas Brasília representou a concreção da ideologia espacial da racionalização moderna e do progresso – como apresentado em relação à construção de Goiânia, os parques industriais no Sudeste, a expansão da malha rodoviária, etc. –, mas este fenômeno ocorreu em várias partes do país, assim como afirma Oliveira (2015):

Brasil era apresentado, nos anos 1950, como um país diante de uma encruzilhada histórica. De um lado, estava o mundo rural, que representava o passado. De outro, a atividade industrial, que apontava para o futuro. O passado era visto como imobilismo e atraso, e para vencer esse peso, a industrialização era o único caminho. A criação do novo, do moderno, fundaria um processo de mudança na sociedade brasileira capaz de fazer o país deixar de ser subdesenvolvido. A suposição de que as forças do novo seriam vencedoras fazia parte da cultura que tomava corpo naqueles anos. Não por acaso os movimentos culturais mais relevantes da década estavam atrelados às idéias de moderno e de novo: arquitetura moderna, bossa nova, cinema novo. [...] A idéia de mudar a capital e construir uma nova cidade já fazia parte do "inconsciente coletivo", devido não só à construção de Belo Horizonte no fim do século XIX (projeto de Aarão Reis), mas também à construção de Goiânia, inaugurada em 1940 (projeto de Atilio Corrêa Lima). Esse ciclo de construção de cidades-capitais se mantém, aliás, até hoje, como se pode notar pela

construção de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins, inaugurada em 1990. São cidades que podem ser consideradas parte da interiorização do Brasil, da civilização de seus sertões decorrente da conquista do oeste. A construção de Brasília tem sido cantada em prosa e verso. Para uns, representou a prova do voluntarismo irresponsável de nossas elites. Para outros, foi um momento significativo de um tempo de esperança. (OLIVEIRA, 2015a, p. s/n).

No contexto da realidade brasileira, Canclini (1998) adverte que é preciso olhar para a modernização dos países em desenvolvimento da América Latina como um processo desigual: “[...] seria preciso entender a sinuosa modernidade latino-americana repensando os modernismos como tentativas de intervir no cruzamento de uma ordem dominante semi-oligárquica, uma economia capitalista semi-industrializada e movimentos sociais semitransformadores” (CANCLINI, 1998, p. 83).

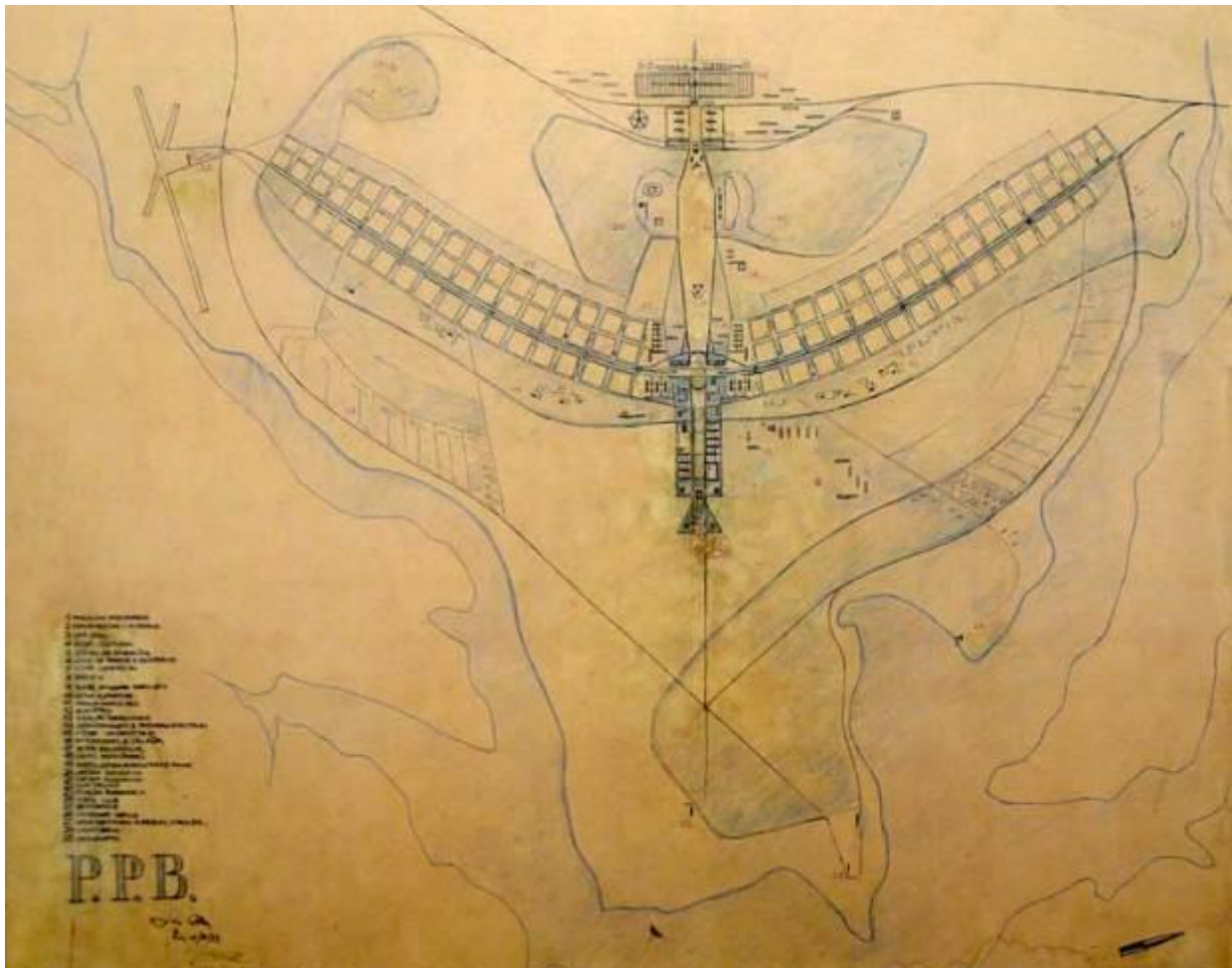


Figura 4: Plano Piloto, Esboço de Lúcio Costa **Fonte:** <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/plano-piloto/>

Este outro lado da moeda, que representa os trabalhadores participantes da construção da cidade deve ser levado em consideração, tanto no nascituro de tais obras como as resultantes sociais, históricas e geográficas, de tais populações na contemporaneidade, como ocorre em muitas das regiões administrativas mais distantes do Plano Piloto de Brasília. Não é incomum, ao se criar escopos

discursivos e de construções, como os monumentos, permeados de intencionalidades paisagísticas e simbólicas, haver o distanciamento da população mais humilde, a classe baixa constituinte da maior parte demográfica do Brasil nos anos de 1960. No ordenamento habitacional do Plano Piloto, não há lugar para esta parcela da população.

Núcleos de povoamento pré-existent e surgidos durante a construção da capital, como Brazlândia, Planaltina, Ceilândia e Paranoá, não apenas expõem como complexificam a realidade da capital federal, entrecruzada pelas identidades esquecidas na construção da paisagem de Brasília. A mudança brusca da paisagem não afetou as tradições já presentes com as recém-chegadas nas décadas de 1960 e 1970:

No es correcto que todo paisaje es capaz de integrar y asimilar cualquier tipo de modificaciones territoriales originadas por las sociedades del momento: determinadas modificaciones bruscas, violentas, demasiado rápidas y demasiado impactantes no siempre pueden ser integradas al paisaje y al imaginario paisajístico. No siempre se sabe alterar, modificar, intervenir sin destruir. Y cuando se destruye un paisaje, se destruye la identidad del lugar y a trama imaginaria que lo sustentaba. Y destruir la identidad de un lugar – en especial cuando se es incapaz de sustituirla por otra, por artificial que ésta sea – es reprochable, como destruir la biodiversidad del planeta. (NOGUÉ, 2012, p. 138).

Por mais que se tenha idealizado como uma cristalização estética, criativa e racional, o Plano Piloto não conseguiu negar a diversidade real da sociedade brasileira, no sentido cultural e econômico, principalmente. Basta lembrarmos que fenômeno parecido ocorreu na antiga capital, Rio de Janeiro, planejada e idealizada edenicamente em sua orla, mas com a presença inegável dos problemas nacionais na figura das ocupações irregulares e aglomerados urbanos nos morros em todo o entorno do litoral carioca, e complexa por envolver toda uma série de ações voltadas para uma *higienização* das áreas antes ocupadas pelas populações menos abastadas da orla.

Pouco mais de cinquenta anos depois, Brasília reflete o mesmo fenômeno urbano, a rapidez dos 50 anos em 5 de Kubitschek ainda ecoam na resistência da diversidade, tradições e desigualdades da paisagem do Distrito Federal, como se refere Nogué a respeito desta multiplicidade de camadas na paisagem:

El paisaje es un concepto enormemente impregnado de connotaciones culturales, de valores y puede interpretarse como un dinámico código de símbolos que nos habla de la cultura de su

pasado, de su presente y quizá también de la de su futuro. Em efecto, paisaje es cultura y, precisamente por ello, es algo vivo, dinámico y en continua transformación, capaz de integrar y de asimilar con el tempo modificaciones territoriales importantes, siempre y cuando estas modificaciones no sean bruscas, violentas, ni demasiado rápidas. (NOGUÉ, 2012, p. 129).

Na nova capital federal, a realidade da população brasileira transpareceu objetivamente, infiltrando e superando a intencionalidade monumental, classista e etérea da construção original da cidade, em termos próximos à ideia racionalista de uma *ecumenópolis* – da junção dos dois termos gregos, ecúmeno (οικουμένη), de lugar habitável, e pólis (πόλις), significado cidade – do futuro, como conceituado por Doxiadis e Papaioannou (1974), mas, ao mesmo tempo, apartada da realidade social do país em que está inserida: “The usual statement, that we do not think about the future and do not do anything about it, is only half right when we apply it to cities. We do not think about them in the future sense, but we do a lot about them; we actually build them the wrong way.” (DOXIADIS; PAPAIOANNOU, 1967, p. 4)

A cidade do futuro, a ecumenópole de encontro de múltiplas etnias, culturas e modos de vida não se dará na ocorrência, mesmo que planejada, de uma homogeneização da sociedade em sua diversidade, a cidade deve mais humana, e menos extra-humana, talvez por esta razão Brasília, hoje, e futuramente, continuará sendo rerepresentada a este futuro que foi idealizado em sua concepção mas negado em sua concreção não agregadora: “The landscape of the modern city is becoming extra-human, even inhuman. An idea of such landscape is given us by the highways built to decongest the central city. (DOXIADIS; PAPAIOANNOU, 1967, p. 5).

Em suma, a paisagem, dinâmica em sua essência, como na assertiva de Nogué (2012), deu lugar às novas camadas do presente que a circunda, transforma e significa. A dialética da desigualdade, ressaltada por Paviani (2006) – em uma inserção do caso de Brasília num âmbito mais amplo da América Latina –, figura como exemplo desta situação atual de Brasília, vista não apenas em urbanizações tardias e favelas como Estrutural, Itapoã, Arapoangas ou Sol Nascente (LESSA, 2014), mas também nos interiores das zonas nobres ao redor do Eixo Monumental concebido por Lúcio Costa:

A elite tem mecanismos para socializar os mecanismos que mantêm a saúde disponível para uma pequena parcela da população. As condições habitacionais dos excluídos, mesmo estando em pleno centro da cidade, são indignas da condição humana e de patamares mais elevados de civilização. Cortiços e favelas não possuem esgoto (sendo locais propícios para a disseminação de enfermidades variadas), água tratada é instalada somente em pontos esparsos. Habitações precárias, “subnormais”, geralmente encontram-se periferizadas em relação aos empregos que melhor remuneram. Os habitantes destes locais segregados estão física e intelectualmente impedidos de produzir. Não produzindo, estão condenados ao desemprego, à lacuna de trabalho e a não consumir mesmo o mínimo necessário condizente à dignidade humana. (PAVIANI, 2006, p.98)

Até mesmo a mística da cidade do funcionalismo público é contestada pelo geógrafo da UnB, quando faz a seguinte constatação sobre a população do Distrito Federal: “[...] a rigor, Brasília, não seria, como se propala, a cidade dos funcionários públicos, pois não é essa a atividade que mais emprega. Aliás, o comércio, com 161.200 empregados em dezembro de 2004, encontra-se em terceiro lugar, com 16,8% dos ocupados da Capital.” (PAVIANI, 2006, p. 102). O presente e passado das contradições inerentes da concepção à construção da nova capital encontram-se, refletem-se, tornam a paisagem de Brasília mais espessa em sua complexidade, histórica e geográfica.



Figura 4: Sol Nascente, Distrito Federal Fonte: <http://www.ceilandiaec.com.br/cidade/>



Figura 5: Comércio e Serviços Improvisados pelos candangos na Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante. Fonte: A Chegada dos Candangos (<http://www.brasil.gov.br/governo>)

Este cenário, de sobreposição temporal e espacial, contribui para a consolidação da situação contemporânea não apenas de Brasília, como capital do país, mas de sua condição metropolitana no interior do Distrito Federal e seus arredores. A forma da capital do futuro é encontrada, ainda, nos monumentos erguidos em seu planejamento inicial. No entanto, o que se observa atualmente é o retrato da inevitabilidade das forças políticas, econômicas e sociais em contradição na totalidade do que Brasília se tornou para o Estado nacional e para si, em outras palavras, a capital construída como uma apartação da realidade histórica e espacial encontra-se transpassada por esta negação, como síntese (im)perfeita do território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo meta-síntese para a cidade de Brasília, utilizado por Lúcia Oliveira (2015) e Costa e Steinke (2014) para referir à importância da nova capital, sua construção e contradições do processo, encontra reflexo nesta exposição de Nogueira (2012). O encaixe desta noção metasintética possui, em si, a concretude dos prédios, suas mensagens criativas, futuristas e surrealistas, ao passo que, a poucos

quilômetros da capital, a pobreza e mazelas da sociedade brasileira permaneciam presentes, mesmo o Plano Piloto negando-os em sua concepção e construção.

A existência de uma intencionalidade clara da concepção da concreção de Brasília, certamente não previa, no quadro ideal de sua representação, as ocupações irregulares, a explosão urbana (originalmente a cidade foi planejada para 500 mil habitantes, hoje conta com mais 2,5 milhões em sua área metropolitana), o descontrole de tráfego, dentre outros problemas urbanos comuns às grandes cidades brasileiras – Ceilândia, por exemplo, significa, literalmente, terra dos centros de erradicação de invasões. Se existe uma cidade que representa fiel e diversificadamente, mesmo que não intencionalmente, a síntese do nosso Estado, é a cidade de Brasília, e assim será enquanto detiver a sede política do Brasil.

Brasília apresenta e representa o seu contradizer-se de concepção, como horizonte do Brasil que imaginado e construído no Planalto Central. Desde o primeiro prédio ou monumento construído em seu Plano Piloto estavam lá presentes as imbricações sociais, políticas e culturais da diversidade demográfica e simbólica de nosso país. Hoje, a capital está muito além de suas asas, abarcando um quantitativo populacional tanto mais complexo como representativo do caráter diverso do Estado nacional brasileiro, não sendo em sua idealização, Brasília crava-se como ponto de inflexão do país, emanando sua unicidade e multiplicidade.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Luis Alberto. **Modernidade Arquitetônica e Teoria do Poder de Estado em Brasília: Tradução, Ruptura e Domínio da Plástica**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1989.

BERDOULAY, Vincent. El Sujeto, El Lugar y la mediación del Imaginario. In: **Geografías de lo Imaginario**. [Org.] Alicia Lindón; Daniel Hiernaux. Barcelona: Antrhops Editorial. México: Universidad Autónoma MetropolitanaIztapalapa, 2012.

BONIFÁCIO, José de. Notas sobre a organização política do Brasil, quer como reino unido a Portugal, quer como Estado independente. In: **José Bonifácio: a defesa da soberania nacional e popular**. [Org.]. SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891)**. In: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm > Acesso: 10.11.2015.

- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- CORREA, Roberto Lobato. Monumentos, Política e Espaço. In: **Geo Crítica Scripta Nova Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales** Universidad de Barcelona. Vol. IX, núm. 183, 15 de febrero de 2005.
- COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**, de autoria de Lúcio Costa, vencedor no Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, em 1956. (1962). Disponível em: <http://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/plano-piloto-de-brasilia-lucio-costa/> consulta em 21.07.2014.
- COSTA, Everaldo Batista da; STEINKE, Valdir Adilson. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. In: **Scripta Nova** (Barcelona) , v. 44, p. 1-27, 2014.
- DOXIADIS, Constantino; PAPAIOANNOU, John . **Ecumenopolis, The Inevitable City of the Future**. Athens Center of Ekistics, 24 Stratiotikou Syndesmou Street, Athens 136, Greece: xxviii + 469 pp., 153 figs incl. numerous maps, 23.5 × 15.6 × 2.5 cm, thick paper covers, [no price indicated], 1974.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia**. Artigo apresentado originariamente no 5º Encontro Nacional da ANPEGE sob o título: Espaço de Representação: Epistemologia e Método. 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. I, nº 2, 1989, p. 264-215.
- JAMES, Preston; FAISSOL, Speriðião. O problema da Capital do Brasil. (Transcrições). In: **Boletim Geográfico**. Ano XVIII. Nº 158. Set-Out. 1960. p. 770-790.
- KAMITA, João Masao. "Arquitetura Moderna e Neoconcretismo: uma experiência da geometria". In: 8º Seminário Docomomo-Brasil Cidade Moderna e Contemporânea: síntese e paradoxo das artes, Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 1-11.
- LE CORBUSIER. Towards a New Architecture. In: **Architecture and Design in Europe and America, 1750-2000**. Editet by HARRISON-MOORE, Abigail; ROWE, Dorothy. Malden, MA \ Oxford: Blackwell Publications, 2006. p. 403-410.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória** Trad. Bernardo Leitão ... [et al.] Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LESSA, Temízia Cristina Lopes. **O migrante e a formação de territórios no Distrito Federal: o caso da Estrutural, o espaço construído no contexto do lixo**. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2014.
- LOWENTHAL. David. **El pasado es un país extraño**. Trad. Pedro Piedras Monroy. Madrid/España: Ediciones Akal, 1998.
- NOGUÉ, Joan. Intervención em imaginarios paisajísticos y creación de identidades territoriales. In: **Geografías de lo Imaginario**. [Org.] Alicia Lindón; Daniel Hiernaux. Barcelona: Anthropos Editorial. México: Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, 2012.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Brasília, a meta-síntese**. In: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Meta-sintese> > Acesso: 15.09.2015a.
- PAVIANI, Aldo. Expansão metropolitana: a modernização com desemprego. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.
- TAVARES, Jeferson. 50 anos do concurso para Brasília – um breve histórico. In: **Arquitextos**. ano 08, jul. 2007